

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo - CAU/ES, criado pela Lei nº 12.378 de 2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/ES é uma autarquia vinculada a Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/ES conforme deliberação nº 121 de 21 de agosto de 2018.

O Conselho está localizado na Rua Hélio Marconi, nº 58, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP nº 29.050-690.

Desde 2018 a contabilidade do Conselho deixou de ser realizada por uma empresa externa e passou a ser feita internamente, por um funcionário efetivo.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Gerência Administrativa e Financeira em 08 de fevereiro de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais)

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.3*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.7*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidade de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/ES procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos a partir do encerramento do exercício de 2017.

b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o valor acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2020.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais)

c) **Julgamento pela aplicação** - O Conselho decidiu aplicar novamente o critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/ES, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/ES segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%
Sistemas de processamento de dados	5	10%
Instalações	10	10%
Equipamentos de Áudio e Video	5	10%
Flâmulas e Símbolos	5	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.4 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor de uso.

3.5. Outros ativos e passivos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais)

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/ES procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingência Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2018.

Base de mensuração - O CAU/ES adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância em as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais)

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis em estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.8. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.9. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.10. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.11. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.12. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como os valores a receber (anuidades) descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	0	0
Banco conta movimento	5	7
Aplicações financeiras	3.067	2.337
	<u>3.072</u>	<u>2.344</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer momento. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2021	2020
Créditos de anuidades do exercício	355	366
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	634	492
(-) Provisão para devedores duvidosos	(473)	(381)
	<u>516</u>	<u>477</u>

O saldo de créditos a receber em 31/12/2021 é composto das anuidades devidas pelos profissionais e empresas inscritos no Conselho. O valor foi mensurado de acordo com os relatórios de inadimplentes nº 14 e 15, para pessoais jurídicas e físicas respectivamente, retirados do Sistema de Informação e Comunicação do CAU - SICCAU.

Foram excluídos do montante os profissionais inscritos em dívida ativa, pois seus débitos constam no ativo não circulante realizável a longo prazo.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias		
A mais de 180 dias	989	858
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(473)	(381)
	<u>516</u>	<u>477</u>

O prazo final para o pagamento da anuidade do Conselho em 2021 foi o último dia do mês de março. Dessa maneira, todos os valores apresentados estão vencidos a mais de 180 dias.

A provisão para perdas com devedores duvidosos foi feita através de um comparativo do comportamento do pagamento das anuidades, nos exercícios de 2018, 2019 e 2020. Após essa análise, obteve-se um percentual de redução dos valores devidos e com esses percentuais foi feita uma média aritmética, aplicada ao saldo de créditos de anuidade a receber dos exercícios anteriores.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

7.1 Adiantamento a funcionários

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamento a funcionários	1	
Adiantamento de férias	6	4
	<u>7</u>	<u>4</u>

O saldo refere-se a adiantamentos de valores pagos a funcionário em dezembro de 2021. As férias foram gozadas e o valor pago a maior de salário foi compensado em janeiro de 2022.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

7.2 Tributos a recuperar

	2021	2020
INSS a recuperar	-	2
	-	-
	-	2

Em 2020 duas funcionárias do Conselho gozaram de licença maternidade. O valor da conta refere-se a saldo de compensação de INSS na guia de referência dezembro de 2020, que venceu em janeiro de 2021.

7.3 Devedores da Entidade

	2021	2020
Edilson Alves Bibiano Junior - 034.573.937-02	3	3
Devedores da Entidade a Definir	8	8
Demais devedores da entidade	2	1
	13	12

Os saldos apresentados tratam de valores pagos pelo CAU/ES mas que serão devolvidos aos cofres posteriormente.

É devida a atenção a conta definida como “Devedores da entidade a definir”, a qual trata de valores pagos erroneamente pelo Conselho e que estão sendo apurados através de processo administrativo para reconhecimento da pessoa responsável.

7.4 Outros Créditos a Receber

	2021	2020
Outros Créditos a Receber	0	0
Aluguéis a Receber	9	9
Créditos a receber CAU/BR	1	0
Adiantamento de Convênios	28	0
	38	9

Em 2018, o CAU/ES iniciou o contrato de sublocação de 02 salas dentro da sua sede, a fim de aproximar os profissionais das entidades de classe e fortalecer a Casa do Arquiteto. O saldo da conta de aluguéis a receber refere-se aos aluguéis em atraso de uma dessas salas, conforme contrato vigente a época.

O saldo de crédito a receber do CAU/BR refere-se a 20% da cota parte a ser devolvido ao Conselho Estadual pelo Conselho Federal, de ressarcimentos feitos aos profissionais

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

arquitetos durante o exercício de 2021.

Em dezembro de 2021, o CAU/ES assinou convênio com duas entidades para patrocínio de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS). Os valores adiantados as duas instituições somam quase R\$ 28 mil e serão utilizados para financiar dois projetos. As prestações de conta acontecerão no exercício de 2022.

7.4 Despesas pagas antecipadamente

	2021	2020
Prêmios de seguros a apropriar	1	1
	1	1

A partir de 2018 foi iniciada a contabilização das despesas pagas antecipadamente no ativo. Os valores apresentados tratam de despesas a apropriar com seguros que foram pagos em 2021 e com parcelas mensais de despesa a apropriar que serão realizadas em 2022.

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

	2021	2020
Decorrentes de anuidades de PF	49	67
Decorrentes de anuidades de PJ	18	21
	67	88

Os saldos apresentados são de créditos a longo prazo referentes a dívida ativa tributária do Conselho. Os valores representam as anuidades de profissionais e empresas que constam inscritos em dívida ativa, com processos executados na justiça ou não.

Houve redução em 2021 pelo recebimento de alguns débitos e também, devido a pandemia de COVID-19, muitos processos de cobrança não foram concluídos. O CAU/ES espera retornar a cobrança de profissionais inadimplentes em 2022.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2021	2020
Móveis e Utensílios	136	(96)	40	53
Máquinas e Equipamentos	159	(98)	61	60
Instalações	13	(8)	5	6
Utensílios de Copa e Cozinha	12	(9)	3	4
Equipamentos de Proc. de Dados	145	(109)	36	15
Flâmulas e Símbolos	1	(1)	-	1
Equipamentos de Audio e Video	8	(5)	3	4
Total	474	- 326	148	143

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2021
Móveis e utensílios	138	0	(2)	(96)	40
Máquinas e Equipamentos	150	17	(8)	(98)	61
Instalações	13	0	0	(8)	5
Utensílios de Copa e Cozinha	12	0	0	(9)	3
Equipamentos de Proc. de Dados	123	25	(3)	(109)	36
Flâmulas e Símbolos	1	0	0	(1)	0
Equipamentos de Áudio e Video	7	1	0	(5)	3
	444	43	- 13	- 326	148

10. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			2021	2020
Sistemas de Proc. de Dados	17	(15)	2	2
Total	17	- 15	2	2

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Movimentação do Intangível:

Controladora	31.12.2020	Adições	Baixas	Amortização	31.12.2021
Sistema de Proc. de Dados	17	-	-	(15)	2
	17	-	-	(15)	2

A Entidade acompanha anualmente a vida útil do ativo intangível e não foi identificada diferença significativa durante o ano.

11. Provisões trabalhistas a curto prazo

	2021	2020
Férias	129	99
INSS s/férias	28	21
FGTS s/férias	10	8
PIS s/férias	1	1
	168	129

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício de 2021 para pagamento e baixa nos próximos exercícios.

Em 2019 houve o ajuste do grupo onde estavam sendo lançadas as provisões de férias. Até outubro/2019, os valores em questão eram lançados no grupo 2.1.7, denominado “Provisões a curto prazo”. Em novembro/2019 os valores foram transferidos para dentro do grupo 2.1.1 “obrigações trabalhistas”, para adequação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

12. Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

	2021	2020
Restos a Pagar 2020	-	75
Restos a Pagar	88	-
	88	75

O CAU/ES, por prática advinda dos antigos contadores, fazia a inscrição dos restos a pagar em conta específica criada anualmente para tal finalidade. Como foi observado que essa não era a prática dos outros Conselhos de Arquitetura do país, em 2020 foi utilizada a conta já criada em 2019. Em 2021 foi criada uma conta sem especificação do ano, que será também utilizada para os próximos exercícios.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
A vencer	88	75
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	0	0
	<u>88</u>	<u>75</u>

Conforme determina o art. 36 da Lei 4.320 de 1964, as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31/12/2021 foram inscritas em restos a pagar. Nessa rubrica incluem-se as despesas com folha de pagamento e pagamentos a fornecedores.

13. Provisão para riscos processuais

O Conselho é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de sua assessoria jurídica. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim representadas:

	2021	2020
Trabalhistas	-	-
Cíveis	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

	2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2021
Trabalhistas	-	-	0	0	-	-
Cíveis	1	-	0	0	-	1
Total	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

a. Natureza das contingências

O CAU/ES é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelo assessor jurídico, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências cíveis tratam de profissionais que não tiveram seus registros aprovados tempestivamente devido a problemas das instituições de ensino junto ao MEC.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2021 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima aproximadamente R\$ 10.000,00 decorrentes de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para pouca probabilidade de ganho, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

14. Demais Obrigações a Curto Prazo

	2021	2020
Salários e encargos sociais	9	11
IRRF a recolher	27	20
PIS e COFINS a recolher	-	-
Outros impostos a recolher	-	-
Depósitos não Identificados	2	-
Depósitos Justiça Federal (dívida ativa) a classificar	-	-
Valores a Devolver	-	-
Honorários Advocatícios a Repassar	1	1
	<u>39</u>	<u>32</u>

O saldo apresentado em “salários e encargos sociais diversos” representa somente os valores em consignação de INSS retido sobre a folha de pagamento, visto que os valores dos salários e tributos sobre folha constam inscritos em Restos a pagar.

Os impostos a recolher também representam as consignações de retenções de tributos como ISS e impostos federais retidos na fonte.

O saldo de depósito não identificados refere-se a receitas creditadas no banco do Conselho mas que não foram identificadas nos relatórios de receita.

Os honorários advocatícios a repassar representam valores pagos ao CAU/ES pelos profissionais inscritos em dívida ativa e que serão repassados ao assessor jurídico e a equipe que trabalha no processo de dívida ativa, conforme Deliberação Plenária CAU/ES nº 172/2019.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

15. Patrimônio Líquido

	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
Superávits ou Déficits do Exercícios	681	3.261	3.305	725
Superávits ou Déficits de Exerc. Anteriores	2.164		681	2.845
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
TOTAL	2.845	3.261	3.986	3.570

No início do exercício de 2021 foi feita a transferência do saldo de superávit apurado em 2020 para a conta de superávit de exercícios anteriores, no valor de R\$ 681.326.

Em 2021 o superávit patrimonial apurado foi de R\$ 725.151 e não foi necessário realizar ajustes no exercício anterior.

16. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2021 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/ES, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010

No exercício de 2021 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria.

17. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração de Pessoas	1.407	1.342
Benefícios a Pessoal	122	111
Uso de Material de Consumo	14	11
Serviços - Diárias	134	99
Serviços Terceiros - Pessoas Físicas	54	29
Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas	450	321
Depreciação e amortização	32	31
Transferências Correntes Intragovernamentais	260	111
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	107	114
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
	<u>2.580</u>	<u>2.169</u>

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.305	2.839
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(2.580)	(2.158)
(=) Superávit Patrimonial apurado	725	681

<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	3.184	2.593
(-) Despesas Empenhadas	(2.468)	(2.025)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	716	568

<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo Disponível Apurado	3.072	2.344
(-) Passivo Financeiro	(340)	(259)
(=) Superávit Financeiro Apurado	2.732	2.085

19. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Instalações/Conteúdo	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	1.000
		<u>1.000</u>

20. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Vitória/ES, 08 de fevereiro de 2022.